

Percepções de Crianças e Adolescentes Institucionalizados sobre o Processo de Institucionalização e a Experiência na Instituição

Tânia Carvalho & Celina Manita

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

O presente estudo aborda as percepções e os significados de crianças relativamente ao acolhimento institucional, considerando as necessidades das crianças, o impacto do processo de institucionalização e da vivência na instituição, tal como elas os referem e perspectivam.

Os dados obtidos, indicam uma experiência negativa do processo de entrada na instituição, experiência marcada por sentimentos de tristeza, angústia e medo. No entanto, após um período de adaptação inicial, verifica-se uma percepção positiva das crianças em relação à vida na instituição e, mesmo, uma valorização positiva da instituição enquanto lar que os acolhe. De destacar, contudo, a expressão por estas crianças do desejo de regresso a casa, desejo este regulado, no entanto, pela consciência de que têm de ocorrer mudanças ao nível pessoal e familiar para que este regresso seja viável e não as coloque de novo em situação de risco ou perigo.

Palavras-chave: crianças e jovens em risco; acolhimento institucional; vivência institucional; percepções e significações.

1. INTRODUÇÃO

A institucionalização de menores em risco, embora considerada a última medida a aplicar em termos de protecção infantil, é a que alcança maior expressão em Portugal, em particular o acolhimento institucional prolongado de menores em risco. Embora o acolhimento institucional de menores, sem suporte familiar adequado, seja encarado por muitos com reservas, a sua necessidade impõe-se, dadas as enormes solicitações deste tipo de serviços e a inexistência, até à data, de medidas alternativas capazes de lidar com essas solicitações (Martins, 2005). Sendo necessária, não significa, porém, que deva ser aplicada de forma arbitrária, nem sequer recorrente, embora o seja frequentemente no nosso país.

O presente texto procura abordar as percepções de crianças institucionalizados relativamente ao processo de institucionalização e à sua experiência na instituição. Assim, colocamos, no nosso estudo, a ênfase na exploração das percepções das crianças, tendo como principais objectivos: (1) Compreender as percepções das crianças sobre a vivência do processo de institucionalização, nomeadamente o acolhimento institucional; (2) Perceber como as crianças institucionalizados representam a vivência na instituição,

desde o funcionamento até ao estabelecimento de relações em contexto institucional e participação nas decisões e definição do projecto de vida; (3) Explorar sugestões das crianças sobre o que mudariam na instituição.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Um dos princípios fundamentais estabelecidos na Declaração dos Direitos das Crianças (1989) promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) é o de que os pontos de vista das crianças devem ser tidos em conta em qualquer decisão que afecte o seu bem-estar ou posição na vida. Este princípio influenciou grandemente as políticas de acolhimento em todo o mundo, sendo que, actualmente, muitas delas contêm cláusulas específicas que compreendem a necessidade particular de tratar as crianças como “clientes” ou “consumidores de serviços” (Stuntzner-Gibson, Koren & DeChillo, 1995; Wilson & Conroy, 1999; Delfabbro, Barber & Bentham, 2002). No entanto, verifica-se que os principais consumidores dos cuidados de acolhimento - as crianças e os jovens - não são, habitualmente consultados. E, no entanto, resultados de investigação indicaram que, quando questionadas sobre o que esteve na origem do seu acolhimento, a maioria das crianças foi capaz de identificar o factor precipitante da sua colocação em família de acolhimento e de se posicionar sobre a qualidade deste acolhimento (Johnson, Yoken e Voss, 1995).

Com objectivos que se podem considerar similares aos nossos, embora relativos a crianças noutros contextos de acolhimento, Chapman, Wall e Barth (2004) realizaram um estudo em que procuraram analisar as percepções de 727 crianças maiores de 11 anos em relação às suas experiências de acolhimento, considerando diferentes tipos de acolhimento (famílias de acolhimento, acolhimento institucional e acolhimento de familiares). Os resultados evidenciaram que, relativamente a diferenças de percepção em função do tipo de acolhimento, é de destacar que as crianças em acolhimento com familiares estavam um pouco mais satisfeitas do que as crianças em outros tipos de acolhimento. Apresentavam menores tentativas de fuga, maior contacto com os pais biológicos de uma forma regular e o desejo de que esse acolhimento se tornasse permanente. Por sua vez, as crianças em acolhimento institucional davam conta de uma

experiência menos positiva, reflectida em mais tentativas de fuga e visitas das famílias biológicas canceladas.

Faria, Salgueiro, Trigo e Alberto (2008), numa investigação realizada em Portugal, procuraram compreender as vivências associadas à institucionalização, através do olhar de adolescentes institucionalizadas. Servindo-se duma entrevista individual semi-estruturada, as autoras aplicaram-na a seis adolescentes entre os 13 e os 18 anos de idade, do sexo feminino. De uma forma geral, o estudo revelou uma conotação positiva da institucionalização. Mais especificamente em relação à primeira categoria, a recepção e acolhimento, as adolescentes referiram que o primeiro impacto aquando da entrada na instituição foi quase sempre negativo, impacto este que mudou logo que conheceram as crianças do lar com quem brincaram ou que lhes mostraram a casa, considerando as autoras que a companhia de uma pessoa de confiança no primeiro dia facilitaria este primeiro contacto. Em termos de satisfação com o lar, as adolescentes referem que preferiam ficar na instituição, mesmo que lhes fosse dado outro sítio diferente a escolher. As relações são descritas como boas e, embora seja reconhecida a existência de conflitos, estes são encarados como normais.

3. MÉTODO

3.1 Participantes

Realizamos entrevistas a 9 crianças com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos acolhidas num Lar de Infância e Juventude da zona do Porto. Uma vez que a instituição apenas acolhe rapazes, a amostra compreendeu apenas participantes do sexo masculino, acolhido por motivos diversos como a carência económica das famílias, abandono, negligência familiar e maus-tratos.

3.2 Instrumentos

Para dar resposta aos objectivos deste estudo, foi elaborado um guião de entrevista semi-estruturada, respeitando as regras de abertura e flexibilidade inerentes à metodologia *grounded theory* (Strauss & Corbin, 1998; Charmaz, 2006), a metodologia de investigação adoptada neste estudo.

3.3 Procedimentos

Para recolha dos dados foram realizadas, como atrás referimos, 9 entrevistas a crianças em acolhimento institucional, tendo sido pedida autorização institucional para isso, após o que se procedeu ao contacto com as crianças e ao pedido de consentimento dos entrevistados para a gravação das entrevistas. Após transcrição integral das entrevistas para *Word*, procedeu-se a uma análise de conteúdo temática, segundo os procedimentos de *Grounded Analysis*, no quadro mais amplo da *Grounded Theory* (Strauss & Corbin, 1998).

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Da análise de conteúdo das entrevistas resultaram as seguintes categorias principais (das quais, devido a limitações de espaço, apresentaremos apenas a caracterização geral, remetendo uma análise mais pormenorizada para texto posterior ou para Carvalho, 2009):

- a) **Percepção dos motivos que levaram à determinação da medida de acolhimento** (a maioria das crianças/jovens parece ter consciência dos motivos pelos quais foi retirada das suas famílias biológicas e colocada em ambiente institucional, correspondendo os motivos salientados pelas crianças/jovens, na sua generalidade, aos reais motivos que levaram à colocação extra-familiar);
- b) **Experiência pré-acolhimento** (aquando do acolhimento é estabelecido um contacto inicial com a instituição; neste primeiro momento de contacto com a instituição, a criança é acompanhada por familiares (mais frequentemente a mãe), sendo este primeiro contacto com a instituição percebido como positivo – efectivamente, a possibilidade de visitar previamente a instituição, acompanhado por figuras de confiança que lhes são familiares e significativas, e contactar com as pessoas que farão parte das suas vidas durante o tempo de acolhimento, é salientado pelas crianças como um aspecto importante na sua experiência inicial, tornando, provavelmente, a experiência posterior de entrada em acolhimento menos estranha e dolorosa);
- c) **Experiência de entrada na instituição** (a entrada em acolhimento foi descrita pelas crianças como uma experiência difícil, dolorosa, sendo acompanhada por sentimentos

de tristeza, medo, mal-estar, nervosismo, solidão e vergonha. O afastamento da família, dos amigos, da sua casa e escola, surgem como factores chave nesta vivência negativa. Aquando da entrada em acolhimento, as crianças salientaram o medo de não voltar para casa e não voltar a ver os pais, de ser afastadas dos irmãos, de ficar muito tempo na instituição, de não gostar das pessoas e de não ser aceite pelas pessoas, como os pensamentos que mais frequentemente os afligiam);

d) **Percepção da instituição** (o funcionamento da e a vivência na instituição são descritos pelas crianças/jovens essencialmente por referência às rotinas, às regras e aos castigos estabelecidos na instituição. A vida quotidiana das crianças institucionalizados é, geralmente, controlada e organizada em vários momentos através de regras (Gomes, 2005). De uma forma geral, as regras são percebidas pelas crianças entrevistados como necessárias para uma maior uniformidade (e.g., “*são importantes porque são as mesmas regras para todos...todos sabem o que podem fazer*”) e para facilitar a organização da vida quotidiana da instituição (e.g., “*...assim é mais fácil para eles organizar a nossa vida aqui dentro*”), sendo, portanto, vistas como positivas e eficazes no dia-a-dia). As crianças percebem como aspectos positivos na instituição as actividades de férias, a possibilidade de usarem computadores (jogos, internet), as actividades de diversão desenvolvidas pela instituição, e ainda a proximidade com os preceptores e educadores e o conforto proporcionado pelos colegas. Como aspectos negativos, e que constituem fonte de insatisfação, as crianças destacam a obrigatoriedade de cumprir as horas de estudo definidas pela instituição, os conflitos e agressões físicas entre colegas, o facto de estar longe da família e não poder ir a casa com a frequência que desejam e, por fim, o facto de não poderem ficar com algumas das suas coisas pessoais a toda a hora (como os telemóveis, por exemplo);

e) **Relação com a família** (todas as crianças visitam as famílias em casa ao fim-de-semana, e algumas delas são visitadas pelos familiares na instituição durante a semana. As visitas são descritas por todas as crianças como positivas, sendo vistas como oportunidades para estar com a família, conversar com os pais e também com os amigos, com quem brincam. As crianças aproveitam também as visitas para fazer coisas de que gostam e que não têm oportunidade de fazer na instituição, como, por exemplo, andar de bicicleta.

f) **Participação nas decisões e projecto de vida** (no que respeita aos participantes do nosso estudo, verifica-se algum desconhecimento das crianças relativamente à forma como o seu processo está a ser conduzido. De qualquer modo, algumas crianças (7/9) referem a prática dos funcionários da instituição explicarem as decisões relativas à medida de colocação da criança e aspectos necessários para a sua revisão. Esta explicação é comumente feita pelos educadores, que esclarecem a criança quanto a prazos de revisão dos processos e condições para esta revisão. Para além disso, enquanto algumas crianças referem que os técnicos da instituição, normalmente o director ou as educadoras, procuram a sua opinião relativamente a aspectos importantes das suas vidas, outras salientam não serem envolvidas nem questionadas a respeito de decisões que as afectem, manifestando desconhecimento em relação a estas questões. E, quando surgem aspectos em que existe desacordo entre a decisão tomada e o desejo da criança, surgem sentimentos de insatisfação, rebeldia, contrariedade e oposição);

g) **Expectativas de futuro** (esta última categoria diz respeito às perspectivas de futuro apresentadas pelas crianças entrevistadas. Todas as crianças reconhecem a importância de definir um projecto pessoal para o seu futuro, passando este, em todos os casos, pelo desejo de terminar a sua formação escolar, ter um emprego e uma casa, percebendo estes aspectos como fundamentais para poderem vir a ter estabilidade nas suas vidas futuras. Estes dados são contrários aos de Gomes (2005) que afirmava que nenhum jovem que esteve institucionalizado em grandes instituições reconhecia a intencionalidade ou a prática de construção de um projecto pessoal.

5. CONCLUSÕES

Na sua globalidade, os resultados obtidos apontam para uma vivência actual positiva da institucionalização, o mesmo não acontecendo com o momento da entrada, dadas as rupturas nele envolvidas. As primeiras impressões das crianças foram, efectivamente, negativas (8/9), impressões que foram progressivamente mudando, à medida que iam conhecendo os colegas também acolhidos, os funcionários e técnicos e a instituição. A importância das outras crianças da instituição é destacada pela generalidade das crianças na sua adaptação inicial à instituição, sendo destacados, como elementos facilitadores, a ajuda disponibilizada pelos colegas, o esclarecimento de

dúvidas, a explicação do funcionamento da instituição, a partilha de experiências comuns uns com os outros. Estes dados são convergentes com os resultados dos estudos de Faria *et al.* (2008) e de Gomes (2005), que salientam as percepções negativas aquando da entrada na instituição, marcadas por sensações de confusão, tristeza e medo, percepção esta que progressivamente vai mudando à medida que a adaptação das crianças se vai realizando.

Relativamente à percepção das condições da instituição algumas crianças avaliam positivamente as condições de vida no colégio, considerando que são melhores do que aquelas de que dispunham em casa (melhores condições habitacionais, melhor alimentação, acesso a computadores), enquanto outras avaliam alguns aspectos de forma negativa, referindo problemas como a falta de preceptores, a sobrelotação e uma limitação excessiva relativamente ao que lhes é permitido fazer, estando o tempo excessivamente programado, sem espaço para a autonomia e a liberdade pessoal.

As crianças entrevistadas sentem-se, seguras, apoiadas e encontram na instituição a satisfação das suas necessidades. Esta é vista por estas crianças como um local onde obtêm a estabilidade e a protecção necessárias, enquanto são resolvidos os problemas que motivaram o seu acolhimento. Embora procurem ver a instituição como um lar, esta percepção é afectada pelas diferenças que irremediavelmente encontram entre as casas das suas famílias e a instituição, diferenças possivelmente relacionadas com o contexto físico da instituição, o número de internos a viver juntos, as relações estabelecidas que, apesar de percepcionadas como positivas, não são percepcionadas como tendo a mesma qualidade, proximidade e importância que as relações estabelecidas entre familiares.

Não obstante sentirem-se bem na instituição, actualmente, o desejo de voltar para casa é uma constante nos seus discursos, querendo voltar para casa, não só para estar com a família, mas também para terem mais liberdade e autonomia. No entanto, este desejo de voltar para casa é regulado, em algumas das crianças, pela consciência da importância de só voltarem quando existirem condições adequadas ao seu cuidado e desenvolvimento e/ou alteração de comportamentos dos pais, reconhecendo o papel da instituição na melhoria das suas condições de vida.

De uma forma geral, consideramos que os resultados do nosso estudo revelam a necessidade de atender à forma como as crianças vivenciam e experienciam a vida na

instituição. De destacar a percepção das crianças relativamente a algumas condições da instituição que afectam o seu bem-estar, nomeadamente, o elevado número de crianças na instituição, o número, a seu ver, insuficiente de profissionais para cuidar destas crianças e os limites que estes aspectos implicam.

Este aspecto leva-nos a reflectir sobre a importância de assegurar um rácio preceptor/criança adequado para um melhor e mais próximo acompanhamento das crianças institucionalizadas, de forma a que estas possam beneficiar destas relações e que os lares de infância e juventude possam, de facto, assegurar uma actuação em moldes próximos dos da família.

As opções metodológicas por nós assumidas neste estudo inibem a realização de qualquer tipo de generalização dos resultados obtidos. Esse não foi nunca o nosso objectivo, procurando-se, antes, analisar a experiência subjectiva de crianças institucionalizadas. Tal como Alberto (2002) salienta, o impacto da institucionalização depende consideravelmente das características das instituições de acolhimento, da comunidade envolvente, mas também das próprias crianças. Assim sendo, procurou-se essencialmente, desocultar e lançar novas pistas para a compreensão do fenómeno da institucionalização, tal como ele é vivido e percebido pelas crianças.

Considerando, porém, a atitude epistemológica subjacente à *grounded theory*, ou seja, a aceitação de que o conhecimento é sempre contextual e provisório, entendemos que os nossos dados constituem um importante contributo e uma mais-valia para a compreensão do fenómeno estudado (Fernandes & Maia, 2001) – a experiência subjectiva da institucionalização –, uma realidade ainda pouco investigada no nosso país, aqui revelada pela voz das crianças entrevistadas. Esperamos que os nossos resultados ajudem a apontar caminhos que permitam tornar o acolhimento institucional uma resposta cada vez mais adequada, eficaz, não traumatizante e consonante com as necessidades das crianças.

Tal como é destacado por Valle e Zurita (2000), as instituições de acolhimento podem não ser melhores do que uma boa família, mas muitas delas são preferíveis a uma vida familiar disfuncional, de rua ou outro qualquer registo de vida inadequado para a criança, desde que sejam garantidas as condições materiais e relacionais necessárias ao adequado desenvolvimento destas crianças. Que os dados do nosso

estudo possam ajudar na construção de melhores respostas para as suas necessidades físicas, afectivas, educacionais, sociais.

CONTACTOS PARA CORRESPONDÊNCIA

Tânia Carvalho

Tania04102@hotmail.com

Celina Manita

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200-392 PORTO

celina@fpce.up.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberto, I. M. (2002). “Como pássaros em gaiolas”? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado & R.A. Abrunhosa (Coords.), *Violência e vítimas de crimes - Vol. 2: Crianças*. (pp. 223-244). Coimbra: Ed. Quarteto.
- Carvalho, T. (2009). A experiência subjectiva de crianças e adolescentes institucionalizados: percepções em torno do processo de institucionalização e da experiência na instituição. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Chapman, M. V., Wall, A. M. & Barth, R. P. (2004). Children’s voices: Foster the perceptions of children in foster care. *American Journal of Orthopsychiatry*, 74, 3, 293-304.
- Charmaz, K. (2006). *Counstructing grounded theory. A practical guide through qualitative analysis*. London: Sage Publications.
- Delfabbro, P. H., Barber J. G. & Bentham, Y. (2002). Children’s satisfaction with out-of-home care in South Australia. *Journal of Adolescence*, 25, 523-533.

- Fernandes, E. & Maia, A. (2001). Grounded Theory. In M. Fernandes, M. Eugénia, & L. Almeida (Eds), *Métodos e técnicas de avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas* (pp. 49-76). Braga: Universidade do Minho.
- Faria, S. M. Salgueiro, A. G. Trigo, M. L. & Alberto, I. M. (2008). *As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização*. Comunicação proferida no I Congresso Internacional em Estudos da Criança.
- Gomes, M. P. (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída dos lares de infância e juventude*. Lisboa: Centros de Estudos Territoriais do ISCTE.
- Johnson, P, Yoken, C & Voss, R. (1995). Family foster care placement: The child's perspective. *Child Welfare, LXXIV*, 959-974.
- Martins, P. (2005). *A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens - As respostas institucionais*. Conferência proferida no VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research. Techniques and procedures for developing grounded theory* (Second Edition). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Stuntzner-Gibson, D., Koren, P.E., & DeChillo, N. (1995). The youth satisfaction questionnaire: what kids think of services. *Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services, 71*, 616-624.
- Wilson, L. & Conroy, J. (1999). Satisfaction of children in out-of-home care. *Child Welfare, LXXVIII*, 53-69.
- Valle, J. F. & Zurita, J. F. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Ed. Pirámide.